



**Ata nº. 02/2012**

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE  
RESENDE, REALIZADA EM 25.04.2012**

**LOCAL:** -----

Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho. -----

**CONSTITUIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA:** -----

PRESIDENTE: Maria Teresa Pais Duarte dos Santos (PS); -----

1º SECRETÁRIO: Joaquim da Conceição Sousa (PS); -----

2º SECRETÁRIO: Luís Manuel de Almeida Pinto (PS). -----

**HORA DE ABERTURA:** -----

Eram 11h30 quando a Presidente da Mesa deu início à sessão.-----

**FALTAS E SUBSTITUIÇÕES:** -----

A Presidente da Mesa comunicou ao Plenário as seguintes faltas: -----

José Manuel Correia (PS), Rui Manuel Coelho Cardoso (PS), Presidente da Junta de freguesia de Freigil (PS).-----

O Membro Fátima Maria da Rocha Soares de Matos (PS), ausente por período inferior a 30 dias, conforme comunicação apresentada, foi substituído pelo Membro suplente Adão Francisco de Almeida Azevedo (PS).-----

**A. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”;** -----

Não se verificaram quaisquer intervenções; -----

**B. PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”:** -----

**B1. COMEMORAÇÃO SOLENE DO 38º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL;**-----

Com referência a este assunto, único ponto da ordem de trabalhos desta sessão comemorativa do 38º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, foram proferidos os discursos que a seguir se transcrevem:-----

Paulo Sérgio Pinto dos Santos Moura (PPD/PSD) – “Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Resende; Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal; Exmos. Srs. Vereadores; Exmos. Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia; Exmos. Srs. Membros da Assembleia Municipal; Exmos. Srs. Representantes das Entidades Públicas, Privadas e Religiosas; Exmas. Senhoras e Senhores; Caras e caros Resendenses; Amigos: Ao longo de trinta e oito anos as diversas conjunturas políticas



e sociais que o país atravessou foram o mote para os discursos evocativos da data que hoje aqui, uma vez mais se celebra. Os momentos da nossa história social e política recente têm vindo a ser incorporados no léxico narrativo da efeméride. Se logo após o acontecimento dominavam as expressões, "revolução", "povo" e "fascismo", a consolidação do novo regime e a sua maturação fez prevalecer os conceitos de "liberdade", "democracia" e sobretudo "esperança". Democratizado o Estado, conquistada a igualdade, esta será a maior herança que Abril nos deixou: a esperança de um país melhor. Esta é assim o nosso maior legado. A dinâmica motriz de uma sociedade livre e próspera e que não nos podemos permitir perder em qualquer circunstância, mesmo a de grande dificuldade que atravessamos. O momento que atravessamos é doloroso. Perspetivá-mo-lo há já um ano, quando aqui estivemos mesma data. (E que grande paradoxo este: os que o negavam são os mesmos que agora acusam...). Sabíamos todos, em consciência, que era este o cenário real com o qual nos iríamos confrontar. O país de há muito dava sinais de doença, não obstante os constantes discursos de negação. O diagnóstico foi feito e a concordou com a terapêutica, a quem assumia essa responsabilidade. Este é um caminho muito difícil, como há muito não percorríamos, que deixará sequelas e penalizará (muitos vezes injustamente) sectores da nossa sociedade que nada contribuíram para esta situação, mas é o único possível, na regeneração estrutural de um país da qual resulte a devolução da esperança ao nosso povo. As retomas estruturais que terão que ser levadas por diante, não poderão penalizar os territórios de baixa densidade populacional, como o nosso, porque daí poderá resultar efeitos perversos não desejados. O Estado não pode diminuir a sua presença onde ainda é fundamental à fixação de pessoas. As principais causas para a desertificação do interior do país estão identificadas. A falta de oportunidade e condições à fixação de pessoas, é a consequência de políticas públicas da administração central e municipais, pouco assertivas e sustentadas em modelos desadequados. A nossa terra tem vindo a sofrer deste problema de debandada populacional encaixando-se neste paradigma. Mas se a mudança das diretrizes de gestão municipal estão ao nosso alcance imediato, o mesmo não se pode dizer em relação à influência do Estado nesta matéria... As diversas reformas sectoriais em curso deverão ter como denominador comum, a manutenção do Estado, nos territórios onde dele ainda dependam para a sua sustentabilidade. A coesão territorial é um princípio de igualdade que o vinte e cinco de abril nos prometeu e do qual não pode o país abdicar. Pelo sentido de justiça nele incluído, mas também pelo evitar dos efeitos devastadores que as assimetrias regionais podem constituir para o bem comum. Também o poder local e a sua afirmação é uma conquista de abril. O seu exercício foi fator determinante na evolução da nossa sociedade. Os atuais exercícios de contenção e racionalidade de gestão a que também terão que estar sujeitas as autarquias, não poderão diminuir o seu papel no contexto em que atuam e inibir a prossecução dos seus objetivos. As suas atribuições e competências genéticas, deverão manter-se na sua essência, pois neles ser revêm os nossos concidadãos. Hoje mesmo, assistiremos pelo país todo a uma retórica de dicotomia entre a responsabilização da crise e a responsabilização das soluções. Manifestações de liberdade de expressão, mas, inócuas na resposta ao que os portugueses anseiam. Ambas as partes, apontando o dedo: aqueles que



provocaram a crise e aqueles que a tentam resolver, em exercícios estéreis e redutores do fator esperança. Não contém comigo para esse número. Interessa-me utilizar este tempo na prospetiva de um futuro imbuído do espírito que o Abril que os meus pais conquistaram me transmitiu. E contribuir para uma procura exaustiva de soluções, que no nosso contexto, possa ajudar a minimizar o problema dos nossos conterrâneos. Contribuir para que, apesar das dificuldades, muitas das vezes, extrema, não se perca nunca a esperança, porque sem ela a humanidade não pode viver. A esperança é uma componente do que é cada ser humano. Não caíamos, como disse recentemente Eduardo Lourenço, na tentação de pessimismo. E a esperança encontra-se no inconformismo dos nossos jovens, na sua capacidade de sonhar, na sua força, no seu apego a terra. Ajude-mo-los a poder fixarem-se. Encontra-se na oportunidade que constitui a nossa ruralidade. Concreto espaço de oportunidades em potência, para uma verdadeira base produtiva local, policulturada e diferenciadora, mas que tem vindo a ser desprezada por uma errónea ideia de incompatibilidade com a modernidade. Encontra-se no espírito solidário que move as nossas instituições de solidariedade social, agentes de ajuda comunitária, complementando ou substituindo o Estado, nas obrigações de assistência, suporte às nossas populações, em especial as mais desfavorecidas. Encontra-se na postura empreendedora dos nossos empresários locais, na sua capacidade de resiliência e de luta às contrariedades, manifestadas na manutenção dos seus investimentos e que pouco ou nunca foram incentivados. Encontra-se no altruísmo das nossas associações, congregações da comunidade local em volta de atividades sãs, promotoras da cultura, desporto e animação, em contrapontos lúdicos a quotidianos de muita dificuldade. Encontra-se nos valores e tradições de que são portadores os mais idosos e que os anseiam por transmitir as gerações mais novas, conscientes da importância que neles se encerram. Ajude-mos a reincorporar a esperança numa juventude desencorajada perante o futuro que se perspectiva, para poder usufruir do seu inconformismo, dinâmica e vontade, sobretudo de se fixar a esta nossa terra. É aqui que devemos encontrar a confiança no futuro e a criação de um grande sonho coletivo. Invertamos as prioridades ao nível das políticas públicas municipais. Este modelo de há muito que esgotou e não serve. Se o tivéssemos feito atempadamente, estaríamos em condições mais favoráveis para enfrentar esta realidade. Atente-se mais os nossos jovens, os nossos idosos, os nossos empresários, as nossas instituições e menos numa lógica estereotipada e esgotada de edificação, que, por si só, não nos tirou dos indicadores mais desfavoráveis do nosso país. Implementemos verdadeiras políticas de proximidade que possam resolver os reais problemas da nossa sociedade local. Ouçamos atentamente a nossa sociedade local que saberão muito bem expressar os seus anseios. Saibamos ouvir para reagir, não partindo para soluções autistas e preconceituosas, mesmo que, sem qualquer dúvida, carregadas das melhores das intenções. É preciso reinventar-mo-nos. Este sim é o grande desafio. Este é caminho. Este é o registo. Só assim poderemos continuar abril. Em tempos tão difíceis como estes, fomentando o valor para que não se esvazie, transformando-se num conceito inócuo. Contribuamos todos, assumindo as nossas diversas responsabilidades, para manter vivo o trinómio. Exercer a democracia. Garantir a liberdade. Alimentar a esperança. Em prol de Resende. Em prol de Portugal. Obrigado.”-----



**Luís Filipe Dias Gonçalves Guimarães (PS)** – “Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Resende; Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Resende; Exmos. Srs. Vereadores; Exmos. Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia; Exmos. Srs. Membros da Assembleia Municipal; Exmos. Srs. Representantes das Entidades Públicas, Privadas e Religiosas; Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores; Caras e Caros Resendenses; Já lá vão 38 anos que um grupo de militares, liderado pelos Capitães de Abril, assumiu a vontade do povo e libertou Portugal das garras de 48 anos de opressão e ausência de liberdade e dignidade, num golpe militar que com a intervenção popular se transformou numa das belas revoluções pacíficas em todo o mundo. Desde então, Portugal construiu uma democracia política, económica, social e cultural, que importa preservar; Portugal contribuiu para a libertação e autodeterminação de povos; Portugal integrou-se na Europa e na NATO, assumindo um papel ativo para a coesão e a paz no espaço europeu; Portugal desenvolveu-se, construindo uma sociedade em que o respeito pelos valores de Abril, a liberdade, a igualdade e a fraternidade, constitui a sua pedra basilar. Resende conseguiu na última década, com o esforço de todos e com a visão estratégica de quem lidera os destinos da nossa terra, transformar-se num concelho que se afirma pelos seus valores, pelas suas raízes, pelos seus recursos e pelas suas gentes; os investimentos efetuados em Resende e nos resendenses permitiram alcançar um patamar de desenvolvimento e modernização, que honra os ideais de Abril e constituem motivo de orgulho para todos nós. Nos serviços básicos, no acesso à saúde, na educação e qualificação das nossas gentes, na aposta nos nossos recursos económicos, na criação e apoio a redes de intervenção social e equipamentos sociais, na qualificação do nosso território, demonstramos nos últimos dez anos, a nossa capacidade de edificar um património, que é de todos, e que é para usufruto de todos, e que dignifica os Resendenses, melhorando a sua qualidade de vida, criando oportunidades de crescimento e afirmação aos cidadãos, contribuindo para a existência de condições para um exercício efetivo da cidadania, logo da liberdade, sendo de realçar o contributo fundamental dado por quem dinamiza e incorpora o nosso poder local, com vista a uma maior participação cívica e política, sempre numa perspectiva de reforço da consciência social e do papel de cada um de nós na construção de um concelho próspero, mais justo, mais fraterno, mais solidário. Resende é hoje a prova de que a ambição vence sempre a resignação; Resende é hoje a prova de que a ação é sempre melhor que o imobilismo; Resende é hoje a prova de que o Poder Local democrático é uma das mais importantes conquistas de Abril; Resende é hoje a prova de que o 25 de Abril valeu a pena. Minhas Senhoras e Meus Senhores; As comemorações do aniversário do 25 de Abril constituem sempre um momento de homenagem e de evocação do esforço e do sacrifício de todos aqueles milhares de mulheres e homens, que num tempo em que tal não era permitido, ousaram sonhar e lutar por um país melhor. Mas este momento também se revela uma excelente oportunidade para refletir sobre o estado da nossa democracia, do nosso país e do seu futuro. Se de um ponto de vista formal, é legítimo afirmar-se que a democracia está consolidada, o mesmo não se poderá dizer acerca dos ideais que conduziram a Revolução dos Cravos, ideais esses que nos últimos meses têm sofrido as mais duras violentações. Portugal encontra-se neste momento enredado numa verdadeira camisa de



força, fruto da tirania dos mercados e do capitalismo selvagem, que encontrou nas atuais lideranças europeias, os parceiros certos para a sua cruel voracidade. A isto se juntou também a sede de poder daqueles que hoje nos governam, numa mistura explosiva e definitivamente perigosa para o Estado de Direito Democrático que Portugal tem sido desde 1974. Uma vez no poder, o atual Governo cedo despiu a pele de cordeiro e mostrou a sua verdadeira face, rasgando o contrato eleitoral com os portugueses e aplicando a sua cartilha neoliberal de forma ainda mais veemente e radical que a preconizada nos compromissos internacionais assumidos pelo país. Ao arrepio dos princípios vertidos na Constituição da República Portuguesa, desmantela-se o Serviço Nacional de Saúde, colocando em causa a sua universalidade e o seu carácter tendencialmente gratuito; reforma-se a legislação laboral, desequilibrando a balança das relações laborais em prejuízo dos trabalhadores, favorecendo e desonerando o despedimento e a exploração; corta-se nos apoios sociais, no momento em que eles mais são precisos, aniquilando políticas de inclusão social; massacra-se fiscalmente as empresas e as famílias, sem qualquer respeito pelo princípio da equidade fiscal, destruindo a atividade económica e o seu potencial de crescimento. Os resultados, esses, infelizmente, já são por demais conhecidos: espiral de austeridade, desemprego galopante, desigualdades colossais, pobreza extrema e exclusão social. Em todos os sectores da sociedade portuguesa, soam as campainhas de alarme, com a ocorrência de episódios próprios de um outro tempo, receando-se que não fique pedra sobre pedra das conquistas de Abril: jornalistas que são despedidos por delito de opinião, num desrespeito total pela liberdade de expressão; uma Justiça politizada, que não tem meios para investigar um caso que pode ter lesado o Estado Português em milhares de milhões de euros, mas à qual são facultados os recursos para empreender uma verdadeira caça às bruxas; no sector empresarial do Estado, no que concerne aos poucos anéis que ainda existem, os que são bons vendem-se com contrapartidas para alguns e os que não são bons, reparam-se e vendem-se a preço de saldo; foi assim, que Portugal vendeu um banco por um valor inferior ao de um jogador de futebol. Famílias e empresas completamente asfixiadas pela ausência de crédito, crédito esse de que o banco público já dispõe para que um grande grupo económico especule na bolsa; governantes que anunciam, em tom jocoso, o prolongamento da captura de remunerações aos funcionários públicos e pensionistas; leis aprovadas às escondidas, numa total ausência de transparência e ética, com o beneplácito de quem jurou defender a Constituição e a quem me apetece perguntar: haverá maior deslealdade do que esta? Minhas Senhoras e Meus Senhores. Um dos principais legados do 25 de Abril é a convicção de que existe sempre um outro caminho. E para encontrar esse caminho, rumo a um modelo de sociedade em que a solidariedade e a igualdade prevaleçam, Portugal precisa de que a política assuma o seu lugar de primazia sobre a “mercadocracia” e o discurso tecnocrático; Portugal precisa de políticos de grande envergadura moral, determinados e com capacidade de liderança de projetos que estejam ao serviço dos interesses dos portugueses, e não ao serviço de uns quantos barões abrigados na sombra do poder; Portugal precisa de políticos que acreditem nos efeitos multiplicativos e redistributivos das suas medidas, em vez de técnicos munidos de calculadoras; Portugal precisa de políticos que sejam coerentes e íntegros, implementando hoje o que prometeram ontem, e não de



políticos que defendem aqui em Resende uma coisa, e amanhã em Lisboa defendem o seu contrário; Portugal precisa de uma justiça que seja verdadeiramente justa, para todos, e não do encerramento de tribunais, assentes em lógicas economicistas, muitas vezes falsas, que criam uma justiça para ricos e nenhuma justiça para pobres, configurando um verdadeiro atentado ao Estado de Direito; Portugal precisa de apostar e valorizar os seus cidadãos, investindo nas suas qualificações, ao invés de fechar os olhos ao crescente abandono escolar de milhares de jovens, indicando-lhes a porta de saída do país; Portugal precisa de um Estado que encare os mais vulneráveis da sociedade, que por infortúnio da vida ou porque não tiveram as mesmas oportunidades que outros, se encontram numa situação em que necessitam de proteção social, devendo ser tratados como iguais, promovendo a sua inclusão; em suma, Portugal não precisa de um novo 25 de Abril, precisa que os valores que emergiram na Revolução sejam respeitados e honrados, como se faz aqui em Resende, no relacionamento com os cidadãos, no dia-a-dia, em cada ato, em cada palavra, em cada atitude, em cada medida, em cada política. Se o fizermos, se respeitarmos estes ideais que estruturam e modelam a sociedade em que vivemos e queremos continuar a viver, será possível reacender a chama da esperança; se a confiança dos portugueses na política, nos políticos e na democracia for restaurada, será mais fácil aos portugueses acreditar que, com as suas capacidades e o seu espírito de sacrifício, é possível construir um Portugal próspero, justo, livre e solidário. Viva o 25 de Abril. Viva Resende. Viva Portugal.”-----

**Vereadora Maria Dulce Pereira (PS)** – “Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Resende, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Resende, Exmos. Senhores Deputados da Assembleia Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, Mais Entidades Oficiais, Religiosas e Militares aqui presentes, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Deixem confessar-vos que no final do ano passado pensei muito seriamente se hoje estaríamos aqui reunidos a comemorar o "25 de Abril de 74". Em Novembro último, o Governo da Republica discutia não só o aumento da meia hora de trabalho diário, como **a supressão de feriados (dois civis e dois religiosos)**. Fomos então informados que os feriados civis a suprimir seriam o 5 de Outubro e o 1 de Dezembro; os religiosos seriam "O Corpo de Deus" e o "15 de Agosto", apesar de, como afirmou o Ministro Álvaro Santos Pereira: "ser importante celebrar essas datas...mas aos domingos!". Afinal o Governo da Republica achava importante não suprimir o feriado que comemoramos hoje! Mais tarde...precisamente à poucos dias, o Governo ponderou melhor esta coisa dos feriados (e com a ajuda da Igreja Católica) lá conseguiu compreender que com os feriados religiosos não se brinca, nem se mexe! Estava decidido! suprimiam-se os civis! Que isto de se dizer uma coisa agora e fazer outra no dia seguinte não é nada bom para a imagem de quem nos governa! Afinal qualquer que fosse o dia da semana, o Governo da Republica permitia que continuássemos a homenagear Abril, a homenagear os Homens e as Mulheres que lutaram para pôr um fim à ditadura e estabelecer a democracia. E confesso-vos que se o Governo PSD/CDS tivesse suprimido o feriado da "Revolução de Abril", tinha de "engolir" (e perdoem-me a expressão) o que tinha afirmado no meu



discurso em 2009, neste Salão Nobre, e passo a citar-me " O que esta data e o regime democrático têm de único é o facto de ser um património comum, **e não ser monopólio** de uma geração, **nem de uma força política!**". Já estão a ver do que me livre! Quem lutou pela **Implantação da República** Portuguesa que, em 5 de Outubro de 1910, destituiu a Monarquia e implantou o regime Republicano em Portugal é que vai ser esquecido! Porque Governo resolveu pura e simplesmente suprimir essa data! Mas será que interessa a alguém recordar tempos em que o país estava subjugado aos interesses externos (entendam-se coloniais) à instabilidade política e social, à incapacidade de Portugal acompanhar a evolução dos tempos e se adaptar às novas realidades, de voltar a ter o prestígio perdido e lutar pelo progresso.... Será que isto interessa a alguém? Será necessário recordar? Ou isto é-nos demasiadamente familiar? Muitos de vós estarão a pensar: ela já baralhou o discurso e saltou folhas! Estava a falar da Implantação da Republica e de repente... salta para a situação politica atual! Não! Não baralhei o discurso !Não, não saltei folhas! Não! Ainda não estou a falar da situação atual! Estou apenas a recordar-vos **porque motivo se deu esta revolução em 1910**: subjugação aos interesses externos, instabilidade politica e social, incapacidade de acompanharmos a evolução dos tempos, de nos adaptarmos às novas realidades, alcançarmos o prestígio perdido, acreditar que Portugal pode ter futuro.... Quem lutou pela **Restauração da Independência** iniciada a 1 de Dezembro de 1640, em que um grupo de homens se alastrou pelo país contra a tentativa de anulação da independência de Portugal vai ter a mesma sorte! O Governo resolveu pura e simplesmente suprimir também essa data! Independência de Portugal. Esta agora! Lá vem ela falar de coisas passadas no século dezassete! Que nos interessa a nós ou aos nossos jovens saberem que um dia tivemos de lutar pela nossa independência? Que foi necessária essa luta porque nesse tempo, o nosso país tinha a economia completamente destruída. As lutas e os impostos lançados por quem nos governava tinham destruído ou arruinado sectores inteiros da economia... A situação de Portugal era de absoluta miséria. O dinheiro que se esperava viesse para ajudar a recuperar a economia nunca se materializou e o país entrava numa crise sem precedentes... Não! Ainda não estou a falar da situação atual! Estou apenas a recordar-vos **porque motivo se deu esta revolução em 1640**: perda de identidade, economia destruída, aumento de impostos, miséria, crise, desespero... Minhas senhoras e meus senhores: Três datas importantes que nos põem a pensar porque podemos perder tudo mas ainda temos memória! A história mostra como somos um povo de conquistas: alcançamos a nossa **Independência**; somos uma **Republica**; vivemos em **Democracia**...e contra todas as expectativas, contra muitas previsões e contra a própria lógica, o país foi resistindo ao longo destes séculos de história. E com a "**revolução dos cravos**" demos ao mundo um grande exemplo de civismo, de humanidade, de patriotismo! Um momento único na Historia Universal onde de cada espingarda saiam não balas mas cravos! Continuaremos nós a ter cravos suficientes? Quero acreditar que sim! Hoje, 25 de Abril de 2012 em que deveríamos estar a celebrar a democracia, a fraternidade, a igualdade, olhamos à nossa volta e parece que voltamos ao ano de 1910 ou mesmo a 1640, **mas o povo é sereno e não se perspectiva nenhuma revolução!** Mesmo



quando vemos quem nos governa a arrastar-nos em tão pouco tempo para uma crise sem paralelo e...agora sim, estou a falar da situação atual! No rosto das pessoas há sofrimento, desalento; novos e velhos não tem razões para sorrir: são-lhes retirados os subsídios e as reformas; há quem pense em abandonar o país, mas há também que resista, mesmo quando o Primeiro-Ministro afirma que: "não devemos ser piegas!". Como disse Miguel Sousa Tavares "somos patriotas e o dever de um patriota é não abandonar o seu país, devemos ficar e resistir à crise até que Portugal possa voltar a levantar a cabeça". Mas dão-nos tantos motivos para não resistir! O Governo da Republica não se fica só na supressão dos feriados, na supressão das reformas e dos subsídios! Quer também suprimir/extinguir as freguesias com a desculpa de que o território e os órgãos autárquicos saem mais fortalecidos, que a população e o país ficam a ganhar! Minhas senhoras e meus senhores: A extinção de freguesias vai ser feita «a bem ou a mal», como assumiu o Sr. Ministro Miguel Relvas, contra a vontade dos autarcas e das populações numa atitude de autoritarismo e que contraria o espírito das conquistas da Revolução de Abril. O Governo só arranja desculpas quando quer justificar o que não tem justificação: evoca a proximidade das populações - desculpas! não as aproxima, afasta-as!; afirma ganhos de eficiência e de escala - desculpas! reduz a capacidade de resolução dos problemas das populações; diz que reforça a coesão - desculpas! acentua as assimetrias (territórios mais ricos e populosos originam territórios mais atractivos; territórios mais pobres dão origem à desertificação). Esta proposta da extinção das freguesias limita-se a indicar critérios de régua e esquadro e os autarcas (e todos nós), temos a obrigação de combater esta reforma (que não passa de uma "leizinha" - como alguém lhe chamou). Temos todos a obrigação de defender as freguesias e valorizar o poder local. Para nossos pecados, o Governo usa e abusa dos critérios de régua e esquadro, sempre com a desculpa de que estamos em tempo de austeridade. Vejamos, por exemplo, a proposta para o encerramento dos tribunais. Mais uma vez o Governo apresenta um estudo e uma proposta de reorganização vergonhosa, que é tudo menos séria, que não tem em conta as preocupações das pessoas, impedindo-as de ter acesso à Justiça. E só se pode compreender esta atitude irresponsável de quem nunca saiu de Lisboa, de quem não conhece o Portugal profundo, de quem não faz a mínima ideia das dificuldades de quem vive no interior do país. A propósito desta proposta de reorganização vergonhosa, o Vice Presidente da Associação de Municípios, Fernando Campos, do PSD, em declarações que todos ouvimos, considerou o encerramento de tribunais "a machadada final" nos territórios do interior. E é disso mesmo que se trata! Acabar com a nossa réstia de esperança de que afinal também somos filhos de Deus ainda que de um Deus menor! Também Helder Amaral, parlamentar do CDS-PP afirmou que a proposta apresentada está desfasada da realidade e peca por falta de rigor. Vai mais longe nas suas afirmações e passo a citar: "Estranho quando se fazem estudos com distâncias baseadas no Guia Michelin. Os estudos sérios e rigorosos vêem-se caso a caso, no local". Foi o que o nosso Presidente da Câmara, Eng. António Borges, tentou fazer perceber aos nossos governantes em Lisboa. Que os estudos sérios e rigorosos não se fazem atrás de uma secretária, no Terreiro do Paço. Que os estudos sérios e rigorosos não se fazem de costas voltadas para as pessoas. Se viessem ao terreno, verificavam que, ao quererem fechar o Tribunal de Resende,





estão a contrariar os critérios de ponderação que definiram: - o Tribunal de Resende insere-se num território com uma morfologia e clima agrestes; - o Tribunal de Resende tem mais processos do que os que são apontados no estudo feito pelo Governo; - Resende não tem transportes públicos intermunicipais que viabilizem qualquer tipo de deslocação para outros concelhos; Se tivessem vindo ao terreno, verificavam que: - o estudo aponta para a existência de um Julgado de Paz - que não existe! - o estudo indica que o Estado Central não é proprietário do edifício - mas encontramos o Tribunal em obras, sem qualquer pedido de autorização ao Município, que seria então o seu legítimo proprietário! Eu sei Sr. Presidente que gostaria que eles entendesse estas coisas tão simples, mas tenha paciência! Nós já a estamos a perder! Resta-nos a certeza que V. Exa. já fez, faz e fará, a sua parte! Mas que há dias em que nos apetece desistir...lá isso apetece! É que o Governo da Republica não se fica só na supressão dos feriados, na supressão das reformas e dos subsídios, na extinção das freguesias, nem no fecho dos Tribunais. Também nos querem barrar o acesso à saúde! E com a mesma desculpa de sempre: austeridade! austeridade! E mais austeridade! Só que minhas senhoras e meus senhores, a austeridade levada ao extremo não é uma boa prática! Quem o afirma é o FMI! E eu também o afirmo pois tenho cabeça para pensar! E na saúde (bem precioso para qualquer ser humano e com a qual ninguém devia brincar) lá puxa o Governo dos critérios de régua e esquadro prejudicam quem já é prejudicado, deixando os cidadãos desprotegidos face às sua urgências e necessidades! E quem paga? Sempre os mesmos: as populações das zonas mais desfavorecidas, aqui neste Portugal profundo onde há menos população, logo menos atendimentos! Mas há sempre o inteligente que garante que, qualquer utente, de qualquer ponto do país, terá um serviço de urgência disponível a menos de 60 minutos! 60 minutos para um doente com um AVC? 60 minutos para um doente com um enfarte? 60 minutos para um doente que está...doente? E falo-lhe de novo Sr. Presidente! Eu sei, os resendenses sabem, o quanto V.Exa. lutou para conseguirmos o nosso Centro de Saúde. E ele aí está! Uma obra que todos ansiavam porque a precariedade do anterior edifício era de "bradar aos céus". Vocês lembram-se? Claro que sim! Quantos de nós tivemos de passar horas de angústia naquele espaço sem dignidade, sem higiene, terceiro mundista. Quantos? E agora, depois de tanta labuta, preparam-se para em nome da austeridade nos tirarem o que com tanto sacrifício se conseguiu! Eu sei, os resendenses sabem que enquanto V. Exa. tiver força ninguém nos tirará o que tanto nos custou conquistar. Não podemos demitirmo-nos das nossas responsabilidades, sabemos disso e temos que **impedir que destruam em meia dúzia de meses aquilo que demoramos uma década a construir**. Este é o espírito da "Revolução de Abril" - lutar pelos mais desfavorecidos e nunca nos esquecermos que para nós **Socialistas** "as pessoas estão primeiro"! Temos motivos para desistir? Ter temos! Mas deixem que vos confesse (de novo) que temos que seguir o exemplo dos nossos patriotas e o dever de um patriota é não abandonar o seu país. Devemos ficar e resistir à crise mesmo que os nossos governantes nos mandem para o estrangeiro! Em Resende, enganem-se os que pensam que "deitaremos a toalha ao chão"! Em Resende, continuaremos a homenagear o "25 de Abril", a prestar homenagem Independência, a homenagear a Republica, com ou sem extinção de feriados! Em Resende, já fizemos quase tudo o que sonhamos ou o que outros pensaram não ser



possível, mesmo em tempo de "vacas magras". E não baixaremos os braços, continuaremos **fazer** mais, a **ambicionar** sempre...porque para nós as pessoas contam! É assim que somos e é este o rumo que queremos seguir! Contribuir para que Resende continue a ser apontado como um concelho de referência por muito que custe a alguns "senhores" da nossa praça! Construámos um projeto político moderno, ambicioso, centrado nas pessoas! É com este espírito construtivo que se honra a política e os homens e não com um espírito "troikaniano" dos nossos governantes do poder centralista. Minhas Senhoras e Meus Senhores:Temos o direito como resendenses, de termos a mesma ambição que qualquer outro cidadão do mundo! Já o afirmei noutras alturas e faço-o hoje de novo! Esta é a única forma de estarmos a altura de quem confiou em nós! Confiaram em nós porque ao longo destes 10 anos, juntamente com os Governos do Partido Socialista, trabalhamos, investimos nas pessoas e para as pessoas: na Educação, na Saúde, na área Social, no Emprego, na Rede Viária, no Ambiente, na Área Urbanística, no Desporto, na Cultura, no Turismo... Na atual conjuntura, com um Governo Centralista como não há memória, as coisa não estão fáceis nem serão fáceis! Temos plena consciência disso! Mas vos garanto que em Resende continuaremos a trabalhar como até aqui. Nunca ouvirão de nós a expressão "trata-se naturalmente de um lapso" para desculpar o que indesculpável. Vivemos momentos muito difíceis. Não se perspectivam melhorias a médio prazo na nossa vida coletiva. Mas desiludam-se quem pensa que essa será a desculpa para que aqui na nossa terra não continuemos a esforçar-nos, dia após dia, numa missão social e humana, para darmos aos nossos concidadãos aquilo a que têm direito...porque o passado ensinou-nos que o futuro não pode ser adiado! Viva o "25 de Abril"! Viva Resende! Viva Portugal!".....

**Presidente da Mesa da Assembleia Municipal (PS)** – “Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Resende; Exmos. Srs. 1º e 2º Secretários da Mesa; Exmos. Srs. Membros da Assembleia Municipal de Resende; Exmos. Srs. Vereadores; Exmos. Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia; Digníssimas Autoridades Representantes das Entidades Públicas, Privadas e Religiosas; Ilustres convidados; Exmas. Senhoras e Senhores, Reunimo-nos aqui hoje em sessão solene para celebrar a implementação no nosso país da democracia e consequentemente da liberdade. E pela primeira vez é esta mesma data alvo de constatação, não porque os contestatários, os militares de Abril, sejam contra a celebração da efeméride, mas porque do seu ponto de vista, nunca como hoje foram os princípios de abril tão contrariados pelos órgãos decisores. E o que os preocupa, não é mais nem menos que a falência de um modelo social que assentava as suas principais raízes do princípio da igualdade, da fraternidade e da liberdade. Ou seja, constata-se cada vez mais pacificamente a proliferação de uma sociedade cada vez mais desigual, que protege cada vez menos os mais frágeis e cujas verdades são ditadas pelo imperativo económico-financeiro. A decisão passou das mãos dos homens políticos para as mãos dos homens das finanças. Agora quem decide não são os eleitos democraticamente, quem decide são os donos do dinheiro. Vivemos uma época de crise económica, crise esta potenciada pelo aumento da dívida pública, que por via dos défices orçamentais e da pressão dos mercados financeiros, arrastou os juros para valores insustentáveis, tornando-se depois no principal argumento para justificar a intervenção da Troika em Portugal. As consequências daqui



advindas poderão ser gravíssimas e eminente o risco social, atentas as desigualdades cada vez mais profundas instaladas entre os diversos cidadãos, pois as soluções preconizadas obedecem a um único princípio, a uma crise crescente, responde-se com apoios sociais diminuídos e transitórios. Esta fórmula garantirá com certeza o regresso a uma maior imobilidade social e a uma menor distribuição da riqueza. As desigualdades sociais serão menos corrigidas pelas prestações sociais, penalizando os mais frágeis uma segunda vez, acentuando a sua exclusão do contrato social democrático instaurado pelo 25 de abril de 1974. Está assim aberto o caminho para um ataque sem precedentes ao Estado Social, não só em Portugal, mas por toda a Europa. Perante isto não nos podemos alhear do facto que as medidas que venham a ser implementadas possam colher entre alguns estratos sociais a sua anuência, não me refiro aos mais poderosos, mas àqueles que vendo em risco a impossibilidade de manterem um estilo de vida baseado no consumismo e na aparência, desprezem os princípios de redistribuição, culpabilizando os desafortunados pelo seu próprio destino. Os cidadãos portugueses, fortemente solidários e avessos à pobreza e ao sofrimento, parecem unir-se na hostilidade às medidas que combatem a rutura dos laços sociais. Não era este o nosso sonho. Também não era o nosso sonho viver um desemprego galopante, um clima de relações laborais cada vez mais conflituantes, de permanente perda de direitos e de salários, com um acesso à saúde cada vez mais irrisório e a instalação de um desânimo cada vez mais generalizado. O que fazer? Temos que ter a coragem de pôr tudo em causa, a começar por nos próprios, pôr em causa o nosso pensamento e a nossa ação, principalmente os que detêm cargos públicos e de decisão. Temo que ter a coragem para questionar os modelos que fornecemos, os ideais que transmitimos, os valores que pugnamos. Senhoras e Senhores, Enquanto pessoas na vivência das nossas responsabilidades pessoais, profissionais, políticas e sociais, quantas vezes não atropelamos o primado da liberdade “os homens são todos iguais”, substituindo-o por aquele outro “os homens são todos iguais, mas uns são mais iguais que outros”.

A nossa responsabilidade não pode ser branqueada e todos temos que repensar as nossas verdadeiras motivações. Servir sempre e acima de tudo o bem público, procurar a inclusão, promover o desenvolvimento e o empreendedorismo, lutar pela coesão e garantir a redistribuição, devem tornar-se novamente os desígnios dos trilham os caminhos da política, porque ser merecedor de confiança é uma tarefa que se cumpre todos os dias. Na política temos que ser servidores e não predadores. Tenho dito, Viva a liberdade.”.-----

Nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a sessão, eram 12h30. -----

E eu, \_\_\_\_\_, Chefe da Divisão Administrativa e de Serviços Urbanos, a redigi e subscrevo. -----



Município de  
Resende

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

---

---

Maria Teresa Pais Duarte dos Santos  
Presidente da Assembleia Municipal

---

António Manuel de Almeida Pinto  
Chefe da DASU